

entrevista da semana

Silmário Batista dos Santos, reitor do IFSP (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo)

‘O Grande ABC é fundamental para o IFSP’



RAIO X

Nome: Silmário Batista dos Santos
Aniversário: 3 de agosto
Onde nasceu: Aparecida do Taboado, no Mato Grosso do Sul
Onde mora: Olímpia, em São Paulo
Formação: Graduação e mestrado em Engenharia Elétrica, e doutorado em Administração
Um lugar: Local de trabalho
Time do coração: Palmeiras
Alguém que admira: Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República
Um livro: Pais Brilhantes, Professores Fascinantes, de Augusto Cury
Uma música: Como Nossos Pais, de Elis Regina
Um filme: Muito Além do Jardim, de Hal Ashby

RENAN SOARES
 renansoares@dgbabc.com.br

Reitor desde 2021 do IFSP (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo), Silmário Batista dos Santos foi reeleito para

mais um mandato na instituição, desta vez até 2029. Em entrevista ao *Diário*, ele detalha que a autarquia federal, vinculada ao MEC (Ministério da Educação) e especializada na oferta de EPT (Educação Profissional e

Tecnológica), deve chegar às cidades de Mauá e Diadema ainda neste ano. O professor revela ainda a criação de mais duas unidades, além do que a população pode esperar dos cursos e parcerias do IFSP no Grande ABC.

Recentemente, o governo federal anunciou a instalação de unidades do IFSP (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo) em Diadema e Mauá. O sr. tem informações sobre como está o andamento desse processo?

Estamos finalizando formalmente as unidades de Mauá e Diadema, e o nosso desejo é trazer para cá não só essas duas unidades. Estamos começando uma unidade em Rio Grande da Serra também, com um polo. E conversamos com Ribeirão Pires, que se mostrou interessado. Começamos uma conversa para avançar esse mesmo modelo de Rio Grande da Serra para Ribeirão Pires, para levar mais ensino gratuito para a população local. Seria um polo, que não se constrói, você já pega um ponto, uma edificação. Chamamos de um embrião de um possível campus. Quem tem a prerrogativa de dizer se vai ter campi ou não é o Ministério da Educação, não é a reitoria. Mas eu, particularmente, sou um entusiasta da expansão. Trabalho na rede federal há mais de 30 anos e estou cuidando da expansão há 16 anos, desde 2009. Não tem como não ser um defensor, tendo em vista tudo o que eu já vi. Não só do ponto de vista da infraestrutura da cidade que trouxeram, de alguma maneira, o campi, como também para a população de modo geral. Junto aos ganhos e a transformação de realidades de pessoas devido à interação com a nossa instituição no ensino público e gratuito, nos diversos níveis e modalidades.

E quais são os prazos dessas unidades Mauá e Diadema?

Nós estamos no prazo do Congresso Nacional, que é a aprovação da Lei Orçamentária Anual, para nós concluirmos, na verdade, a aquisição de um equipamento em Mauá e também de um em Diadema. Esses equipamentos vão requerer alguma intervenção e mediação. Paralelo a isso, também há um projeto de lei de criação de cargos e funções, que é para dar provimento, via concurso público, para esses dois novos equipamentos. A Lei Orçamentária Anual deve ser votada agora no começo de fevereiro. Provavelmente, conclua-se a aquisição



“É muito razoável pensar numa sede de reitoria aqui no Grande ABC para cuidar dessas novas unidades.”

de Diadema e de Mauá durante esse período. A previsão é que tenhamos aulas no segundo semestre.

Como funciona? A cidade entra com alguma contrapartida?

Depois de a instituição instalada, a folha de pagamento e o custeio são por conta da rede federal, pela União. Agora, num primeiro momento, para atrair o investimento — é um empreendimento — as prefeituras, por vezes, podem fazer contrapartidas. No caso de Mauá, o prefeito Marcelo Oliveira (PT) fez uma articulação, e um prédio de R\$ 45 milhões a gente está conseguindo comprar por R\$ 25 milhões. Diadema também. É uma aquisição de um clube japonês, o clube Okinawa (Avenida Sete de Setembro, 1.670). No fim, vai precisar de ampliação, mas, dada a localização do terreno e o valor que nós estamos pagando, também é uma contrapartida. É importante porque, às vezes, se faz a doação de um terreno na prefeitura. Em alguns lugares, o terreno é muito afastado, não tem transporte urbano, não tem água, não tem es-

gato. Então, acaba inviabilizando o projeto. Sobre Mauá, é uma escola, o prefeito está à frente. Eu, particularmente, também faço uma defesa há mais de 14 anos; precisamos de novas reitorias no Estado de São Paulo. É muito razoável pensar numa sede de reitoria aqui no Grande ABC — Santo André, São Bernardo, São Caetano — para cuidar dessas novas unidades, repito, e também de outras que podem ser agregadas a esse polo de administração. O Grande ABC é fundamental para o IFSP. E eu diria que também é fundamental para a sociedade de modo geral, dada a especificidade do trabalho que fazemos. Nós não somos só ensino superior; somos ensino superior, ensino técnico, e mais do que isso, realizamos a formação inicial e continuada.

Como o IFSP pretende colaborar com as indústrias e empresas do Grande ABC para alinhar os cursos oferecidos às demandas do mercado de trabalho regional?

A nova constituição, diferentemente de outras instituições que já atendem à região, não entra num território com cursos prontos. Dentro do território, dialogamos com o poder público local, com quem pode oferecer emprego, com as organizações sociais, com a sociedade civil, com a associação comercial e a associação industrial. Esse debate é feito no território, e os cursos a serem ofertados surgem desse diálogo. Não trabalhamos com um cardápio fixo de cursos previamente estabelecidos. Hoje, temos um catálogo nacional de cursos que é comum a toda a rede federal. No entanto, isso não impede que, identificado um novo nicho — como Inteligência Artificial ou Banco de Dados —, possamos entrar nessa seara. Mesmo que os cursos não tenham ainda um formato regular, eles podem ser desenvolvidos e oferecidos como pilotos. Caso tenham sucesso, eles são incorporados ao nosso portfólio, não apenas em São Paulo, mas em todo o Brasil. Esse catálogo é comum e pode ser consultado no site do MEC, que abrange toda a rede federal no Brasil. Portanto, não chegamos ao território com cursos previamente estabelecidos. É esse diálogo que define as ofertas, e daí a impor-

tância dessa relação com o poder público local. O poder público local, sem dúvida, é o caminho mais curto para acessar informações e colaborar na construção dessas ofertas.

Como a comunidade pode participar do processo de implementação dos campi?

O filtro do processo de escolha dos cursos envolve um estudo socioeconômico que considera tudo isso que mencionei. Além disso, há um processo de audiências públicas promovidas pelo IFSP, em parceria com o poder público municipal. Essas audiências são convocadas com 30 dias de antecedência, abertas ao público. Nesse momento, a sociedade civil tem a oportunidade de se organizar e apresentar seus planos. Portanto, é uma série de fatores que se somam para ajudar na escolha dos cursos. Isso garante a participação da sociedade e da coletividade no processo de implantação de uma unidade.

Considerando a presença da UFABC (Universidade Federal do ABC) na região, como o IFSP planeja estabelecer parcerias ou dife-



“Não vamos, por exemplo, oferecer licenciatura em Matemática, se a UFABC já oferece e se a demanda não justifica.”

rencias para complementar a oferta educacional existente?

Já somos grandes parceiros da UFABC, assim como da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) e, em menor medida, da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos). Essa parceria e cooperação existem, e o diálogo é frequente. Há também uma interação entre o conselho de reitores das universidades federais e o nosso conselho dos institutos federais. Especificamente na região, essa cooperação é fundamental. Não vamos, por exemplo, oferecer uma licenciatura em Matemática se a UFABC já a oferece e se a demanda não justifica outra instituição pública gratuita com o mesmo curso. No entanto, se a procura for muito alta — digamos, 40 candidatos por vaga — e houver uma demanda repressada, faz sentido e é razoável que ofereçamos o curso para atender à sociedade. Essa cooperação realmente existe, inclusive com outras instituições. O Instituto Federal adota uma abordagem proativa: identificamos o que já está disponível na cidade e verificamos as demandas locais. Esses elementos também influenciam na escolha dos cursos a serem ofertados.

Mudança de prefeitos atrapalha o processo?

A mudança de prefeito pode interferir de forma positiva ou negativa, mas não determina, por si só, a implementação de um campi ou unidade. O governo federal pode, por exemplo, adquirir um prédio ou terreno de forma independente, sem necessariamente depender do apoio direto do prefeito. Porém, é claro que uma boa relação com o poder público local pode facilitar muito o processo, especialmente em aspectos como transporte urbano, infraestrutura e apoio logístico. Temos casos de cidades que demoraram para iniciar o diálogo conosco, mas que, uma vez estabelecido, o processo avançou.

O sr. foi reeleito para liderar o IFSP até 2029. Quais são suas principais metas e desafios para este novo mandato?

Minha principal meta neste novo ciclo é a universalização da alimentação estudantil. Hoje, somos obrigados a oferecer alimentação apenas para os es-

tudantes do ensino médio integrado, mas percebemos que a vulnerabilidade socioeconômica também afeta muitos estudantes do ensino superior. A universalização da alimentação é uma estratégia fundamental para garantir a permanência e o êxito acadêmico. Outro grande desafio é reduzir ainda mais a evasão escolar. Apesar de termos índices baixos de evasão no ensino médio integrado, ainda podemos melhorar, especialmente com iniciativas como o programa Pé de Meia e o fortalecimento de licenciaturas. Uma outra frente é tornar o nosso pólo de tecnologia da informação compatível com os dias de hoje. A gente tem na nossa instituição ainda computadores com oito a dez anos de utilização. E, hoje, um computador com um ano, um ano e meio, já está ultrapassado.

Qual é o saldo da visita ao Consórcio Intermunicipal?

Esse diálogo do Consórcio já tem sido feito há mais de dois anos, numa aproximação que começa lá em 2014, quando o campi de Santo André não vingou por diversos fatores. É uma medida que ainda pode prosperar como projeto para o futuro. Entre na gestão em 2021, a gente retomou o diálogo e, hoje, temos essa interação e parceria. A gente conversa o tempo todo e essa conversa tem gerado, em mim, particularmente, uma expectativa muito grande de conseguir emplacar a criação dessas novas reitorias no Estado de São Paulo, particularmente aqui no Grande ABC. Porque, quando você tem uma reitoria aqui na região, você tem também um território muito próspero para novas unidades.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Página:** 4